

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026**

SEI N.º 24.0.000001431-8

**1. PREÂMBULO**

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90003/2026, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÍPICOS DE JARDINAGEM, ASSIM ENTENDIDOS COMO SENDO A MANUTENÇÃO, LIMPEZA, PODA, PREVENÇÃO E CORREÇÃO DE EVENTUAIS PRAGAS DE JARDINS, EM ÁREAS GRAMADAS, PAVIMENTADAS E DE PEDRAS DE SEDES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

<b>LOCAL DA SESSÃO</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/">https://www.gov.br/compras/</a> UASG: 929443 – Pregão Eletrônico nº 900003/2026
<b>ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA</b>	09/02/2026, às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. A Pregoeira deste certame é a servidora Larissa Alas Mayer, designada pela Portaria DPG n.º 90/2025.

1.3. O regime de execução do objeto contratual será de **empreitada por preço unitário**.

**2. DO OBJETO**

2.1. O objeto do presente pregão é a Contratação de serviços típicos de jardinagem, assim entendidos como sendo a manutenção, limpeza, poda, prevenção e correção de eventuais pragas de jardins, em áreas gramadas, pavimentadas e de pedras de sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

### **3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$161.197,92 (cento e sessenta e um mil, cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 2026NR000009.

### **4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br), com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

**6.1.1. O Lote 01 será de PARTICIPAÇÃO GERAL.**

**6.1.2. A participação nos lotes 02, 03 e 04 será EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP).**

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.**

**6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.**

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS**

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

**7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

**a) valor unitário e total do item;**

**b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;**

**c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.**

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.11.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.12. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.2. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**9.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$5,00 (cinco reais), em relação ao valor unitário.**

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

**9.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.**

9.7.1. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.7.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

9.7.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificadora em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.13.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

**11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.**

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

**11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**seguintes documentos complementares:**

- a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontre-se vencida;
- b) Caso se trate de aquisição de bens, documentos (catálogos/fôlderes) que comprovem que a marca e o modelo do produto ofertado cumprem as especificações do Termo de Referência (Anexo I);
- c) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

11.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e
- f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.3.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1, poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

- a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

## **12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, nos termos do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo I, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

### **13. DA HABILITAÇÃO**

#### **13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:**

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**

#### **13.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

#### **13.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;

e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

#### **13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

13.5. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), nos termos deste edital.

13.5.1. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.6. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

## **15. DA AMOSTRA**

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

## **16. DOS RECURSOS**

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço [licitacoes@defensoria.pr.def.br](mailto:licitacoes@defensoria.pr.def.br).

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

## **18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO**

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

## **20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Curitiba, data da assinatura digital.

**MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ**

**DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto: Contratação de serviços típicos de jardinagem, assim entendidos como sendo a manutenção, limpeza, poda, prevenção e correção de eventuais pragas de jardins, em áreas gramadas, pavimentadas e de pedras de sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

#### 1.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. Descrição da situação atual: Atualmente, a DPE/PR mantém unidades regionais em diversas localidades do Estado do Paraná, algumas apresentando áreas gramadas, áreas pavimentadas e áreas com pedras britadas e ornamentais que demandam manutenções periódicas para garantir condições adequadas de acessibilidade, segurança e apresentação. O crescimento descontrolado da vegetação prejudica a acessibilidade dos funcionários e assistidos da DPE/PR e aumenta a proliferação de pragas e vetores de doenças que podem causar danos à saúde de funcionários e visitantes.

1.2.2. Somando-se a isto, por força de contratos de locação de algumas das Sedes a serem atendidas nesta contratação, é necessário que seja mantida a apresentação estética da edificação, tal como foi entregue pelo proprietário.

1.2.3. Assim, a necessidade de garantir a acessibilidade, a segurança sanitária e a estética destes locais justifica a contratação de serviços especializados de jardinagem, uma vez que a DPE/PR não conta com funcionários em sua estrutura orgânica capazes de realizar o serviço.

1.2.4. Justificativa para as quantidades a serem contratadas: a metodologia utilizada foi o levantamento métrico dos espaços da DPE/PR, com base nas plantas baixas dos imóveis.

1.2.5. Resultados esperados com a contratação: Melhoria da aparência dos jardins, áreas pavimentadas e com pedras e, conseqüentemente da Sede; Controlar pragas urbanas, tais como formigas e cupins; Melhorar a acessibilidade e a valorização do patrimônio público; Melhorar a qualidade do ambiente de trabalho e promover a sustentabilidade.

1.2.6. **Descrição básica dos itens a serem contratados:**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Lote 01	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 1 - CURITIBA E ÁREA METROPOLITANA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIM A	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede Administrativa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	2425 2	Serviço	12	R\$1.195,00	R\$ 14.340,00
2	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	2425 2	Serviço	12	R\$ 874,50	R\$ 10.494,00
3	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	2402 3	Serviço	06	R\$ 950,00	R\$ 5.700,00
4	Serviço de limpeza vegetal completa com remoção de brita e tocos de árvores, reposição de terra e plantio de grama e arbustos, na Sede CIAADI da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência	2425 2	Serviço	01	R\$ 17.850,00	R\$ 17.850,00
5	Serviço de poda de árvores de pequeno porte da Sede CIAADI da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência	1513 0	Serviço	02	R\$ 367,50	R\$ 735,00
6	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede CIAADI da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	2425 2	Serviço	12	R\$ 1.145,00	R\$ 13.740,00
7	Serviço de poda de árvores de pequeno porte da Sede de São José dos Pinhais da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência	1513 0	Serviço	02	R\$ 367,50	R\$ 735,00
8	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de São José dos Pinhais da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas	2402 3	Serviço	06	R\$ 899,67	R\$ 5.398,02

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	no Termo de Referência					
9	<b>Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra</b> da Sede de São José dos Pinhais da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$ 656,33	R\$ 3.937,98
10	<b>Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim</b> para a Sede do Complexo Penitenciário de Piraquara da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência (sob demanda)	24252	Serviço	12	R\$ 1.273,50	R\$ 15.282,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 01						
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)					R\$88.212,00	

Lote 02	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 2 - LONDRINA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede de Londrina da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	12	R\$ 1.699,50	R\$ 20.394,00
12	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de Londrina da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$ 1.249,50	R\$ 7.497,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 02					R\$27.891,00	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

Lote 03	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 3 - GUARAPUAVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede de Guarapuava da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	12	R\$ 790,00	R\$ 9.480,00

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

14	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de Guarapuava da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$ 790,00	R\$ 4.740,00
15	Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra da Sede de Guarapuava da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$ 790,00	R\$ 4.740,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 03					R\$18.960,00	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

Lote 04	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 4 - PONTA GROSSA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede de Ponta Grossa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	12	R\$ 1.175,00	R\$ 14.100,00
17	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de Ponta Grossa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$ 775,82	R\$ 4.654,92
18	Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra da Sede de Ponta Grossa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$ 1.230,00	R\$ 7.380,00
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 04					R\$26.134,92	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

1.2.6.1. O item 4, serviço de limpeza vegetal completa com remoção de brita e tocos de árvores, reposição de terra e plantio de grama e arbustos, **será executado apenas uma vez no âmbito desta contratação**, consistindo no preparo de área existente para a execução continuada dos serviços deste Contrato.

1.2.6.2. O item 10, Serviço de jardinagem e controle de pragas referente ao Lote 1 somente será acionado por demanda, ou seja, a limpeza poderá não ser acionada durante a vigência do Contrato, ou poderá ser acionada em uma frequência menor que

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

a das outras sedes.

1.2.6.2.1. Pela a área localizar-se em área prisional, a entrada de funcionários da CONTRATADA deverá seguir as regras do local, sendo agendada, via DPE-PR, com antecedência mínima de 5 dias úteis. Caso acionado, o serviço será as especificações contidas no item 1.6.1 deste documento.

**1.2.7. Especificação detalhada dos itens:**

1.2.7.1. **O Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim**, no âmbito desta Contratação, abrange a manutenção do corte da grama, a poda dos arbustos, a limpeza da vegetação (grama cortada, galhos, folhas, etc.), o recorte da borda dos canteiros e ao redor de arbustos e árvores, a escarificação e afofamento de canteiros. A frequência do serviço será mensal.

1.2.7.1.1. Sempre que necessário, os serviços de jardinagem incluirão o plantio de mudas de flores, grama, arbustos e flores para repor a vegetação existente. Isso também abrange a substituição de mudas que não se desenvolveram e a recomposição de áreas com falhas. Caso a reposição com as mesmas espécies não seja possível, outras deverão ser escolhidas, desde que sejam adequadas ao clima e às condições do local.

1.2.7.1.2. Sempre que necessário, deverá ser realizado o manejo/controle de ervas daninhas, pragas (ex.: pulgões, cochonilhas, lagartas, formigas cortadeiras) e doenças, utilizando métodos e produtos (herbicidas, inseticidas, fungicidas, por exemplo) autorizados para áreas urbanas e tecnicamente recomendados, com prioridade para métodos de baixo impacto ambiental. A aplicação deve ser feita por profissional habilitado, seguindo as normas de segurança individual, coletiva e ambientais.

1.2.7.1.3. Sempre que necessário, deverá ser realizada a análise do solo para identificar a necessidade e o tipo de adubo mais adequado (orgânico ou mineral) a ser usado. A adubação subsequente, caso necessária, deverá ser realizada e tem como objetivo manter a vegetação existente em bom estado. Tal procedimento deverá estar incluso no valor do serviço.

1.2.7.1.4. A CONTRATADA deverá verificar os sistemas de irrigação existentes e, se necessário, realizar regas manuais, com atenção às espécies que demandam cuidados específicos. Deverá, ainda, orientar a FISCALIZAÇÃO LOCAL na periodicidade ideal da rega para o tipo de jardim existente.

1.2.7.1.5. Após a jardinagem, a CONTRATADA deverá promover o recolhimento e o descarte adequado de todo o material vegetal gerado. A CONTRATADA será responsável por transportar o resíduo para um local de descarte autorizado, respeitando as normas ambientais vigentes.

1.2.7.1.6. O uso de herbicidas e produtos afins só é permitido mediante

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, com a apresentação do respectivo registro do produto e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável.

1.2.7.1.7. Na Tabela 1 estão especificadas as áreas aproximadas dos locais a serem jardinados.

**1.2.8. Tabela 1. Quantitativo de serviços de jardinagem e controle de pragas**

SERVIÇO DE JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS DE JARDIM			
LOTE 1 - CURITIBA E ÁREA METROPOLITANA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE JARDIM	CARACTERÍSTICAS
1	Sede Administrativa	162m <sup>2</sup>	Gramma esmeralda com arbustos e árvore de pequeno porte (esta não incluída no contrato).
2	Sede dos Núcleos Especializados	33m <sup>2</sup>	Gramma com arbustos e árvore de pequeno porte (esta não inclusa no contrato).
6	Sede CIAADI	218m <sup>2</sup>	Atualmente está com brita. Após a execução do Item 4, a área tornar-se-á gramada (gramma São Carlos).
10	Sede do Complexo Penitenciário de Piraquara	225m <sup>2</sup>	Gramma crescida sob base de brita.

LOTE 2 - LONDRINA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE JARDIM	CARACTERÍSTICAS
11	Sede de Londrina	35m <sup>2</sup>	Arbustos e flores.

LOTE 3 - GUARAPUAVA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE JARDIM	CARACTERÍSTICAS
13	Sede de Guarapuava	72m <sup>2</sup>	Gramma esmeralda (atualmente queimada).

LOTE 4 - PONTA GROSSA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE JARDIM	CARACTERÍSTICAS
16	Sede de Ponta Grossa	21m <sup>2</sup>	Gramma esmeralda (atualmente queimada).

**1.2.9. As imagens dos jardins existentes estão contidas no Anexo II.**

1.2.10. **O Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas**, no âmbito desta contratação, abrange a remoção de ervas daninhas, mato rasteiro e outras plantas invasoras que cresceram em juntas, fendas, bordas e meios-fios da superfície pavimentada. A remoção deverá ser manual, com a utilização de ferramentas como enxadas, ancinhos ou espátulas, ou outras, de forma que não danifique o pavimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

1.2.10.1. Após a limpeza, a CONTRATADA deverá promover o recolhimento e o descarte adequado de todo o material vegetal gerado. A CONTRATADA será responsável por transportar o resíduo para um local de descarte autorizado, respeitando as normas ambientais vigentes;

1.2.10.2. O uso de herbicidas e produtos afins só é permitido mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, com a apresentação do respectivo registro do produto e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável;

1.2.10.3. Por tratar-se de um crescimento dependente da qualidade das juntas do pavimento e do clima do local, não foi possível definir exatamente a frequência de execução do serviço. Assim, estima-se que sejam executados de 04 (quatro) a 06 (seis) limpezas ao ano, não necessariamente com o mesmo intervalo entre as datas;

1.2.10.4. Na Tabela 2 está especificada as áreas aproximadas dos locais a limpos; e

1.2.11. **Tabela 2. Quantitativo de serviços de limpeza vegetal de áreas pavimentadas**

SERVIÇO DE LIMPEZA VEGETAL DE ÁREAS PAVIMENTADAS			
LOTE 1 - CURITIBA E ÁREA METROPOLITANA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PAVIMENTO	CARACTERÍSTICAS
3	Sede dos Núcleos Especializados	78 m²	Área de calçada externa em bloco de concreto retangular.
8	Sede de São José	115 m²	Área de calçada externa em bloco de concreto retangular e área de calçada interna em bloco de concreto hexagonal.

LOTE 2 - LONDRINA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PAVIMENTO	CARACTERÍSTICAS
12	Sede de Londrina	36 m²	Área de calçada externa em bloco de concreto retangular

LOTE 3 - GUARAPUAVA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PAVIMENTO	CARACTERÍSTICAS
14	Sede de Guarapuava	265 m²	Área de calçada externa em bloco de concreto retangular

LOTE 4 - PONTA GROSSA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PAVIMENTO	CARACTERÍSTICAS
17	Sede de Ponta Grossa	127m²	Área de calçada externa em bloco de concreto retangular

1.2.11.1. **As imagens das áreas de limpeza vegetal existentes estão contidas**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

## **no Anexo II.**

1.2.11.2. O Serviço de limpeza vegetal completa com remoção de brita e tocos de árvores, reposição de terra e plantio de grama e arbustos, no âmbito desta contratação, abrange os seguintes serviços:

1.2.11.3. A remoção, manual ou mecanizada, das britas e da vegetação rasteira existentes na Sede, na área estimada de 155m<sup>2</sup>, e o descarte adequado de todo o material removido, estimado em 10m<sup>3</sup>;

1.2.11.4. A remoção, manual ou mecanizada, de três tocos de árvores existentes na Sede, e o descarte adequado de todo o material removido, estimado em 5m<sup>3</sup>. A retirada deverá ser cuidadosa, pois nas proximidades existem tubulações de energia elétrica e lógica que, caso danificadas por culpa da CONTRATADA, deverão ter seu conserto custeadas por esta;

1.2.11.5. Após estas remoções, o solo restante deverá ser preparado para o plantio de grama tipo São Carlos, estimada em 155m<sup>2</sup>. A camada de solo preparado, solo adubado e placa de grama deverá atingir nível igual ou levemente superior ao nível de topo das canaletas de drenagem existentes (conforme a imagem abaixo), para que as águas de chuva possa escoar por gravidade sem empossamento;



**Canaleta de drenagem existente**

1.2.11.6. Ao final da instalação da grama, deverão ser fornecidos e plantados 6 buxinhos nos locais indicados pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

1.2.11.7. O serviço será realizado apenas uma vez no âmbito desta contratação,

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

mesmo com o advento de uma prorrogação contratual;

1.2.11.8. As imagens da área de limpeza vegetal estão contidas no Anexo II.


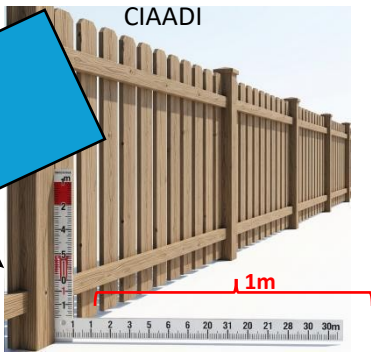

1.2.11.9. **O Serviço de poda de árvores de pequeno porte**, no âmbito desta contratação, abrange os seguintes serviços:

1.2.11.10. A poda de galhos de árvores selecionadas e o descarte adequado de todo o material removido;

1.2.11.11. A poda realizada não poderá causar danos que levem à morte do vegetal e nem danificar cercas, vidros e calçadas, o que, se por ventura venha a ocorrer por causa da CONTRATADA e puder ter sido evitada, a esta cabe reparar o dano. A frequência do serviço será anual;

1.2.11.12. Na Tabela 3 está definido o quantitativo de serviços de podas de árvore de pequeno porte e a especificação da poda a ser realizada;

1.2.11.13. **Tabela 3. Quantitativo de serviços de podas de árvores de pequeno porte.**

SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES DE PEQUENO PORTE			
LOTE 1 - CURITIBA E ÁREA METROPOLITANA			
ITEM	5	LOCAL	Sede CIAADI
ÁRVORES		ESPECIFICAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"><li>Árvores perimetrais.</li></ul> 			
<ul style="list-style-type: none"><li>Árvore de entrada.</li></ul>			
		Cortar até o limite de 01 (um) metro a partir do muro, para o lado externo	
		Realizar podas laterais e de base, de forma a melhorar a acessibilidade das pessoas na calçada e a iluminação do gramado	

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8







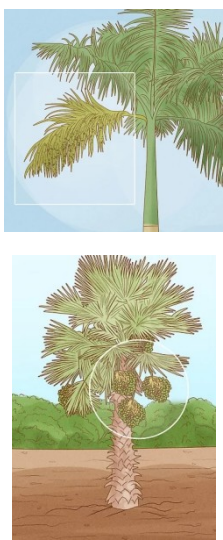
**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Processos

		
---	--	--

ITEM	7	LOCAL	Sede de São José dos Pinhais
	ÁRVORES		ESPECIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>Árvore</li> </ul> 			<p>Corte regular para criar a forma vertical e manter a altura existente</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Árvore p</li> </ul> 			<p>Remoção de frondes caídas, mortas, flores e frutos que estiverem crescendo.</p>

1.2.11.14. Ao final do serviço, a área deverá apresentar-se completamente limpa

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de vegetação e detritos, com pavimento visível e sem acúmulo de sujeira. O serviço será considerado concluído apenas após a inspeção e aprovação da CONTRATANTE; e

1.2.11.15. Em caso de condições climáticas desfavoráveis (chuva forte, ventos excessivos), o serviço poderá ser reagendado.

1.2.11.16. **O Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra**, no âmbito desta contratação, abrange a remoção de vegetação espontânea em áreas com pavimentação em brita e em pedra ornamental. O serviço inclui a remoção de plantas, raízes, sementes e demais detritos vegetais que possam comprometer a integridade da superfície.

1.2.11.17. A remoção da vegetação deve ser feita de forma manual, com o uso de enxadas, ancinhos, pás ou outras ferramentas adequadas para arrancar as plantas pela raiz. Em áreas de grande extensão, o uso de equipamentos mecânicos, como roçadeiras com lâmina de nylon ou aço pode ser considerado, desde que não danifiquem a camada de brita;

1.2.11.18. Após a remoção da vegetação, a área deve ser limpa, devendo ser recolhidos todos os detritos vegetais;

1.2.11.19. Em casos de infestação severa, com acúmulo de terra e matéria orgânica, uma fina camada de brita superficial contaminada pode ser removida para evitar a rebrota imediata. A reposição da brita, caso necessário, correrá por conta da DPE/PR;

1.2.11.20. Todo o material vegetal removido deve ser coletado e ensacado ou acondicionado em recipientes adequados, como sacos de ráfia ou contêineres sendo a CONTRATADA responsável pelo transporte e descarte correto dos resíduos em local autorizado, conforme as normas ambientais vigentes. É proibido o descarte em vias públicas ou em locais não licenciados;

1.2.11.21. O uso de herbicidas e produtos afins só é permitido mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, com a apresentação do respectivo registro do produto e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável;

1.2.11.22. Por tratar-se de um crescimento dependente da qualidade das juntas do pavimento e do clima do local, não foi possível definir com exatidão a frequência de execução ideal para o serviço. Assim, estima-se que sejam solicitadas a execução de 04 (quatro) a 06 (seis) limpezas ao ano, não necessariamente com o mesmo intervalo entre as datas.

1.2.11.23. Na Tabela 4 está especificada as áreas aproximadas dos locais a serem limpos;

1.2.11.24. **Tabela 4. Quantitativo de serviços de limpeza vegetal de áreas de**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8

**DPE** PRDEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**pedra.**

SERVIÇO DE LIMPEZA VEGETAL DE ÁREAS DE PEDRA			
LOTE 1 - CURITIBA E ÁREA METROPOLITANA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PEDRA	CARACTERÍSTICAS
9	Sede de São José dos Pinhais	16 m <sup>2</sup>	Área de jardim com pedras ornamentais.

LOTE 3 - GUARAPUAVA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PEDRA	CARACTERÍSTICAS
15	Sede de Guarapuava	130 m <sup>2</sup>	Área de estacionamento com pedras britadas.

LOTE 4 - PONTA GROSSA			
ITEM	LOCAL	ÁREA DE PEDRA	CARACTERÍSTICAS
18	Sede de Ponta Grossa	572m <sup>2</sup>	Área de estacionamento com pedras britadas.

1.2.11.25. Ao final do serviço, a área deverá apresentar-se completamente limpa de vegetação e detritos, com a brita visível e sem acúmulo de sujeira. O serviço será considerado concluído apenas após a inspeção e aprovação da CONTRATANTE;

1.2.11.26. Em caso de condições climáticas desfavoráveis (chuva forte, ventos excessivos), o serviço poderá ser reagendado;

1.2.11.27. As imagens das áreas de pedra existentes estão contidas no Anexo II.

**1.2.11.28. Locais de Prestação dos Serviços:**

SEDE	ENDEREÇO
Administrativa	Rua Mateus Leme, 1908, Centro Cívico, 80.530-010 – Curitiba/PR
Núcleos Especializados	Rua Benjamin Lins, 779, Batel, 80.420-100 – Curitiba/PR
CIAADI	Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (CIAADI) – Rua Pastor Manoel Virgílio de Souza, 1.310, Capão do Imbuia, 82.810-400 – Curitiba/PR
São José dos Pinhais	Largo Vereador Segismundo Salata, 192, Centro, 83.005-115 – São José dos Pinhais/PR
Londrina	Avenida Bandeirantes, 263, Vila Ipiranga, 86.010-020 – Londrina/PR
Guarapuava	Avenida Manoel Ribas, 2537, Centro, 85.010-180 – Guarapuava/PR
Ponta Grossa	Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 300, Oficinas, 84.035-310 – Ponta Grossa/PR
Complexo de Piraquara	Rua Isídio Alves Ribeiro, Planta Meireles, Complexo Penitenciário, 83.304-240 – Piraquara/PR

**2. PLANO DE CONTRATAÇÕES**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

2.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, registrado sob nº060/2024.

### **3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

3.1. Tipo de contratação: Licitação;

3.2. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico.

3.3. Adoção de Sistema de Registro de Preços: não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que a demanda pelos serviços de jardinagem é considerada contínua, com necessidade de execução frequente e regular.

3.4. Critério de julgamento: o critério de julgamento será o menor preço, uma vez que se trata de objeto de natureza comum e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado.

3.5. Critério de adjudicação: a adjudicação será por lote, considerando a disposição geográfica das sedes, e para favorecer a participação de empresas de pequeno porte e atuação local, garantindo maior competitividade e economicidade.

3.6. Possibilidade de participação de consórcios de empresas: será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.7. Previsão de subcontratação: A contratada poderá subcontratar, ceder ou transferir, parcialmente, o objeto do presente contrato.

3.7.1. Somente poderá ser subcontratado os serviços constantes dos itens 4, 5 e 7 do Lote 1, por demandar serviços de jardinagem em altura e a utilização de motosserras.

3.8. Aplicação do tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte: não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.

3.9. Aplicação do direito de preferência: considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

#### **3.10. DA PROPOSTA**

3.10.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital, não sendo permitido ofertar ou cotar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item, afastando-se a previsão contida no artigo 82, incisos II e IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021.





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

#### **4. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS**

4.1. Considerando a natureza do objeto, a vistoria é facultativa para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente licitação.

4.2. Os proponentes poderão, realizar visita técnica aos locais para, tendo conhecimento das instalações, apresentarem cotação. Caso seja realizada a visita, deverá ser assinado o Termo de Vistoria, Apêndice I, pelo técnico credenciado da empresa e por Membro ou Servidor da DPE/PR.

4.3. A visita, quando desejada pelo proponente, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta e realizada com o acompanhamento de representante da DPE/PR, a ser indicado. A solicitação deverá ser realizada por meio do *e-mail* [manutencao@defensoria.pr.def.br](mailto:manutencao@defensoria.pr.def.br) com no mínimo 2 dias de antecedência.

4.4. Caso o proponente opte por não realizar visita, assume responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto e condições para a correta prestação do serviço.

4.5. O Anexo I tem como finalidade documentar, por meio de imagens, o estado atual dos jardins localizados nas sedes da Defensoria Pública do Estado (DPE). Esse registro fotográfico serve para conhecimento do objeto e como subsídio técnico para a elaboração das propostas.

4.6. Considerando tratar-se de objeto de baixa complexidade técnica, com um mercado sem grandes barreiras de entrada para novos competidores, não se verifica a necessidade de Atestado de Capacidade Técnica em nome da(s) Contratada(s).

4.7. Considerando a complexidade e natureza do objeto em tela, não haverá necessidade de amostras.

#### **4.8. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

4.9. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

4.9.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

4.9.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;

4.9.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;

4.9.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

4.9.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

4.10. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

- 4.10.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 4.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 4.10.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 4.10.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
- 4.10.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

## **5. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA**

- 5.1. A presente contratação será formalizada mediante Termo de Contrato.
- 5.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), podendo ser prorrogável na forma do art.106 e 107 da Lei 14.133/2021 e art. 83, II da Resolução DPG 375/2023.
- 5.3. A CONTRATADA será convocada para assinatura do Termo de Contrato e deverá assinar o respectivo documento, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis, no máximo, por igual prazo, a critério exclusivo da DPE/PR, desde que solicitado tempestivamente pela CONTRATADA e apresentada devida justificativa.
- 5.4. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
- 5.5. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
- 5.6. O prazo previsto no item 5.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPPR.
- 5.7. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.
- 5.8. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO**

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- 6.1. Os fiscais titulares e suplentes do contrato serão designados de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura para as sedes de Curitiba, e, para as demais cidades, pelas coordenadorias das respectivas sedes em que os serviços serão prestados.
- 6.2. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica: [manutencao@defensoria.pr.def.br](mailto:manutencao@defensoria.pr.def.br) e serão expedidas pela Coordenadoria de Serviços e Manutenção ou pelos fiscais dos contratos das sedes do interior do Estado.
- 6.3. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados.
- 6.4. A CONTRATANTE solicitará a prestação dos serviços por meio de ordem de serviço eletrônica, que conterá o local, a data e os serviços a serem prestados.
- 6.5. Os serviços poderão ser pré-agendados para data certa de execução, conforme combinado com a FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.
- 6.6. O Preposto será o principal elo de ligação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, devendo ser indicado um colaborador que entenda dos serviços a serem executados e seja capaz de acessar e interpretar as Ordens de Serviço recebidas, bem com estar disponível via telefone e WhatsApp durante o horário comercial para comunicações tempestivas com a Fiscalização do Contrato.
- 6.7. Na indicação deverá constar o nome completo, RG, CPF, telefones fixo e móvel do Preposto(s).

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.
- 7.2. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.
- 7.3. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.
- 7.4. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.
- 7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

7.6. A CONTRATADA deve dispor de equipamentos, ferramentas e insumos adequados e necessários para a execução dos serviços, como cortadores de grama, roçadeiras, podadores e/ou motosserras, escada, vassoura e mangueira, incluindo caçamba de lixo verde se necessário.

7.7. A Contratada deve demonstrar conhecimento técnico sobre as melhores práticas de jardinagem, incluindo técnicas de poda, adubação, irrigação e controle de pragas e doenças, e a equipe técnica deverá ser treinada para realizar os serviços de acordo com a boa técnica e as orientações da Contratante.

7.8. O prestador de serviços deverá dispor de meio de transporte próprio ou contratado, assegurando a capacidade de transportar pessoal, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços de jardinagem nas sedes e locais da DPE/PR indicados neste estudo.

7.9. Os serviços devem ser prestados com observância das normas técnicas, ambientais, sanitárias e urbanísticas, utilizando insumos de qualidade, como fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes. O uso de herbicidas e produtos afins só é permitido com autorização prévia e expressa da Contratante.

7.10. A proposta deve contemplar todas as atividades, serviços e insumos necessários à execução do objeto, inclusive as eventualmente não mencionadas, mas essenciais à execução plena dos trabalhos. A contratação abrange o fornecimento de mão-de-obra e fornecimento dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços contratados. O valor dos serviços deverá abranger eventuais custos com transporte e/ou montagem de equipamentos, não sendo admitida cobrança adicional de quaisquer serviços acessórios.

7.11. A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer encargo trabalhista, previdenciários e fiscais de seus de seus empregados, bem com pelo correto cumprimento de sua jornada por acidentes ocorridos no exercício da atividade.

7.12. Após a finalização dos serviços, a CONTRATADA deve deixar o local completamente limpo de vegetação e detritos. Todo o material vegetal removido deve ser coletado, acondicionado e transportado para um local de descarte autorizado, respeitando as normas ambientais vigentes.

7.13. A CONTRATADA deverá ter flexibilidade para ajustes de datas em caso de condições climáticas adversas ou outras eventualidades.

7.14. A Contratada deve apresentar seus empregados uniformizados e identificados, além de fornecer-lhes os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários para a execução segura do serviço. Isso inclui, mas não se limita a, luvas, óculos de proteção, calçados de segurança e cinturão de paraquedista. A Contratada também deve fornecer os equipamentos para sinalização e proteção coletiva.

7.15. A CONTRATADA deverá apresentar funcionários devidamente identificados, bem como uma relação de todos os funcionários e profissionais que estejam



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

envolvidos com a execução do objeto, quando da realização dos serviços nas dependências da DPE/PR (o prazo será informado durante a Reunião Inicial).

7.16. A CONTRATADA deverá fornecer o material e equipe técnica treinada, realizando os serviços de acordo com a boa técnica de jardinagem e as orientações da CONTRATANTE.

7.17. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, fornecendo todos os equipamentos para sinalização, proteção coletiva e, caso necessário, proteção individual a todos os que supervisionarem, trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem justificadamente no local de desenvolvimento do curso, bem como identificá-los adequadamente.

7.18. A CONTRATADA deverá manter telefone fixo, móvel e e-mail disponível para contato durante horário comercial, através do qual a fiscalização se reportará acerca de assuntos referentes à execução de serviços, inclusive para aqueles que por sua natureza devam ser tratados com o responsável técnico da empresa, o qual deverá imediatamente atender e fornecer todas as informações requisitadas.

7.19. A CONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da CONTRATADA, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da CONTRATADA.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.3. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.4. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

8.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

## **9. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará à CONTRATADA a data de início da vigência contratual, bem como os dados de contato do (a) Gestor(a) e do(a) fiscal do contrato.

9.2. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma acordado entre as partes, com intervalo aproximado de 30 (trinta) dias entre as visitas, de modo a garantir a manutenção adequada das áreas verdes.

9.3. Após a publicação do Contrato, a CONTRATANTE convocará a CONTRATADA para uma Reunião Inicial, a ser realizada de forma presencial ou a distância, com a presença obrigatória do(s) Preposto(s) indicado(s) pela CONTRATADA.

9.4. Na oportunidade, será apresentado os principais Fiscais do Contrato e dirimida todas as dúvidas a respeito da execução do serviço.

9.5. A CONTRATADA deverá apresentar à DPE/PR cronograma estimado para realização das visitas em cada Sede, em até 05 (cinco) dias úteis contados do início da vigência contratual, cronograma com previsão de execução de 12 (doze) visitas durante cada período de 12 (doze) meses, para cada sede em que prestará os serviços, observando o intervalo médio de 30 (trinta) dias entre as visitas.

9.5.1. O cronograma deverá ser aprovado pela CONTRATANTE e poderá ser alterado previamente à execução da visita correspondente, mediante justificativa e comum acordo entre as partes, especialmente em razão de condições climáticas adversas ou de impedimentos operacionais que comprometam a execução dos serviços.

9.6. Cada visita prevista no cronograma deverá ser iniciada e concluída pela CONTRATADA em um mesmo dia.

9.6.1. Na hipótese de não ser possível concluir os serviços no dia em que ele foi iniciado, por questões climáticas adversas ou impedimentos operacionais, a CONTRATADA deverá concluí-los em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da normalização das condições que ensejaram sua suspensão, em data definida pela CONTRANTE.

9.7. Os serviços requisitados pela CONTRATANTE, deverão ser realizados pela CONTRATADA em dias úteis conforme cronograma de visitas.

9.8. Caso seja constatada qualquer desconformidade do objeto em relação às especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá efetuar a correção do serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, poderá ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, por igual período ou por período inferior ao prazo previsto na referida Cláusula, mediante requisição formal, tempestiva e fundamentada, a qual deve ser enviada por e-mail à

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

**CONTRATANTE.**

9.9. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da data de recebimento do documento de cobrança.

9.9.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, considerar-se-á definitivamente aceito pela CONTRATANTE o objeto contratual, para todos os efeitos.

9.10. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da data do recebimento provisório, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

9.10.1. O recebimento definitivo do objeto fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.11. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.12. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução da totalidade do objeto contratual, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

9.13. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9.14. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os reparos, substituições e serviços necessários para assegurar o pleno uso dos objetos contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9.15. A CONTRATADA deverá ser capaz de trabalhar com a recepção de Ordens de Serviço via e-mail, expedidas por software de gestão de manutenção em nuvem, através de login e senha a ser fornecido pela CONTRATANTE. Neste caso, toda a orientação e treinamento será por conta da CONTRATANTE.

9.16. Todos os serviços objetos deste Contrato serão agendados, preferencialmente, via software de gestão de manutenção, com data e turno estabelecidos. A alteração de datas e horários deverá ser por comum acordo entre as partes e informada com





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

antecedência mínima de 48h da data prevista para a execução do serviço. Caso haja indisponibilidade do sistema, as Ordens de Serviço serão enviadas diretamente ao e-mail (sem auxílio do software) do Preposto informado pela CONTRATADA.

9.17. Outras informações e orientações diversas serão tratadas via e-mail (manutencao@defensoria.pr.def.br) e aplicativo de mensagens WhatsApp (41-3313-7348 ou 41-3313-7313), preferencialmente.

9.18. Os serviços deverão ser realizados no dia e turno agendado pela Ordem de Serviço. Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar o local limpo e dar a destinação correta a todo o resíduo gerado.

9.19. A FISCALIZAÇÃO LOCAL fará um relatório sucinto sobre a execução do serviço, incluindo fotografias do jardim. Caso aprovado, será emitido o recebimento provisório e o processo de recebimento será encaminhado para o setor de Fiscalização de Contratos da DPE/PR.

9.20. O recebimento provisório e definitivo fica condicionado à execução da totalidade do objeto contratual, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.

9.21. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA.

9.22. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

## **10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

10.1. A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei no 14.133/2021 e na Deliberação CSDP no 043/20236, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

10.2. As sanções e penalidades aplicáveis estão disciplinadas no Contrato.

## **11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

11.1. Dada a natureza do objeto, caracterizada por sua baixa complexidade, os valores unitários estimados reduzidos da contratação e o baixo risco de impactos financeiros adversos durante a execução, a elaboração de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) não se faz necessária para esta contratação.

## **12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais,

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE/PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Observadas as etapas de execução, o quantitativo e o preço, bem como o recebimento definitivo do objeto, os pagamentos observarão a ordem cronológica, que serão efetuados na forma de depósito em conta bancária em favor da CONTRATADA em até 15 (quinze) dias do recebimento definitivo do objeto.

12.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ;

12.4. Para a liberação do pagamento, o gestor do contrato encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE/PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-DI/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPPR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

### **13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

#### **13.1. DO REAJUSTE POR ÍNDICE**

13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[05/11/2025]** a **[04/11/2026]**.

13.3. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)] acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

13.3.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

13.4. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 13.1, qual seja, **[05/11/2026]**.

13.5. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, deve ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

13.6. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste visando evitar acumulação injustificada de valores.

13.7. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até 90 (noventa) dias após a constituição do direito.

#### **13.8. DA REVISÃO**

13.9. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

13.10. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, bem como da aprovação da autoridade competente, observando-se ainda:

13.10.1. a eventual aplicação de reajuste, visando evitar acumulação injustificada



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

de valores;

13.10.2. o máximo de quatro casas decimais para os valores resultantes.

13.11. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser requerido pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.12. O requerimento de revisão contratual, devidamente instruído, deverá ser endereçado mediante ofício à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado via e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS): [fiscalizacao@defensoria.pr.def.br](mailto:fiscalizacao@defensoria.pr.def.br).

13.13. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso, a referida confirmação à CONTRATANTE.

13.14. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do recebimento do pedido, nos termos do item 10.11.

13.14.1. Se constatada a necessidade de que a CONTRATADA complemente a documentação que instrui a solicitação de revisão contratual, o prazo previsto na Cláusula 13.12 será interrompido até sua apresentação.

## **14. GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

## **15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

15.1. A aquisição dos produtos elencados neste estudo poderá ocasionar a geração de resíduos e rejeitos potencialmente tóxicos e contaminantes ao meio ambiente. Assim, para que esses impactos sejam mitigados, recomenda-se que o processo de aquisição considere a seleção de itens que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo a redução do impacto negativo ao meio ambiente.

15.2. De acordo com o Art. 49 do Decreto Estadual nº 4993, de 31 de agosto de 2016, as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

15.2.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

15.2.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- 15.2.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 15.2.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 15.2.5. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- 15.2.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- 15.2.7. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei Estadual nº 16.075, de 1º de abril de 2009
- 15.2.8. Também deverão ser observados, no que couber, os preceitos da Lei Estadual nº 20.132, de 20 de janeiro de 2020, que altera dispositivos da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.
- 15.2.9. Os produtos sejam constituídos, sempre que possível, de materiais biodegradáveis, atóxicos ou reciclados.
- 15.2.10. Essas medidas estão alinhadas com o compromisso da DPE/PR de fomentar práticas sustentáveis em suas contratações, conforme o Guia de Contratações Sustentáveis, contribuindo para a preservação ambiental e a responsabilidade social.

## **16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG nº 375/2023, Deliberação CSDP nº 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

**16.2.** Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

## **17. DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR

---

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **ANEXO I**

### **REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS ÁREAS DE JARDIM E PAVIMENTADAS DAS SEDES DA DPE/PR**

Este anexo tem como finalidade documentar, por meio de imagens, o estado atual dos jardins localizados nas sedes da DPE/PR. Esse registro fotográfico serve para conhecimento do objeto e como subsídio técnico para a elaboração das propostas.

Legenda:  Área de Jardim  Área de pavimento  Área de pedra/brita

### **SEDE ADMINISTRATIVA**



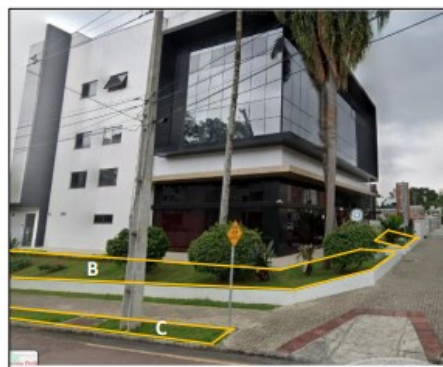


**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



### **SEDE DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**





**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

### SEDE CIAADI



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

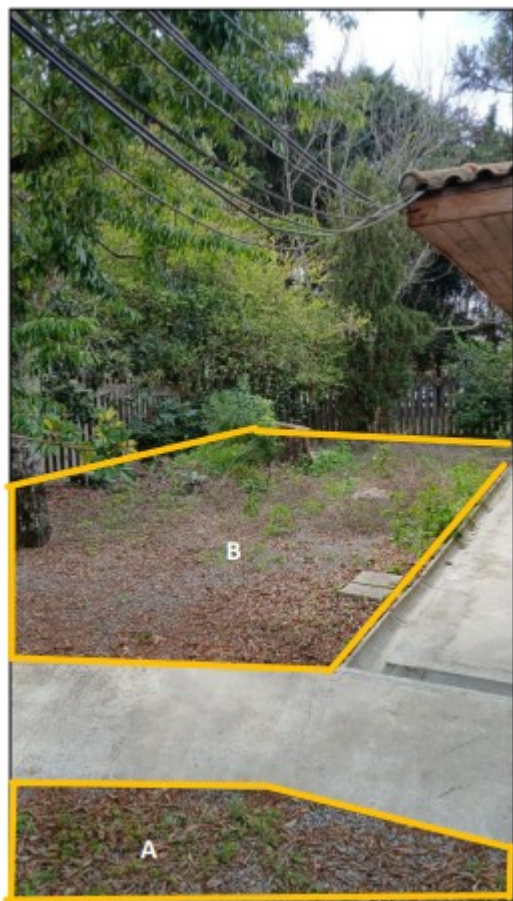
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações  
Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



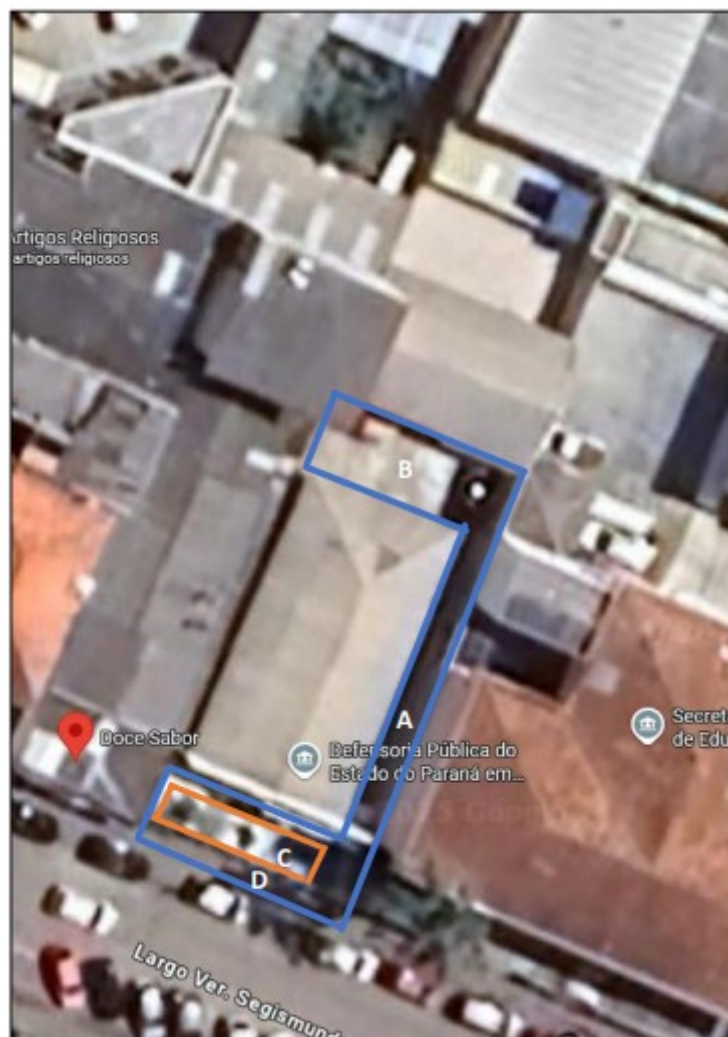
**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

### SEDE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



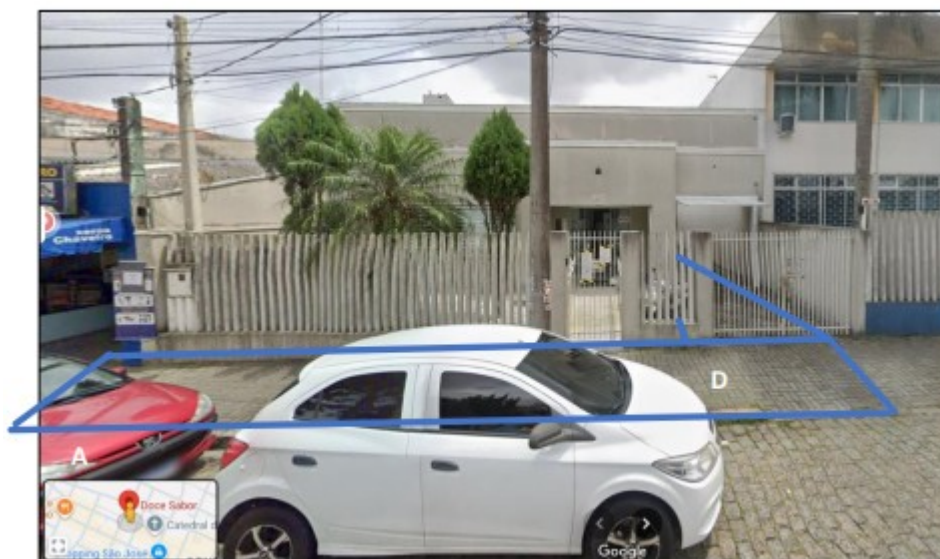


**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**

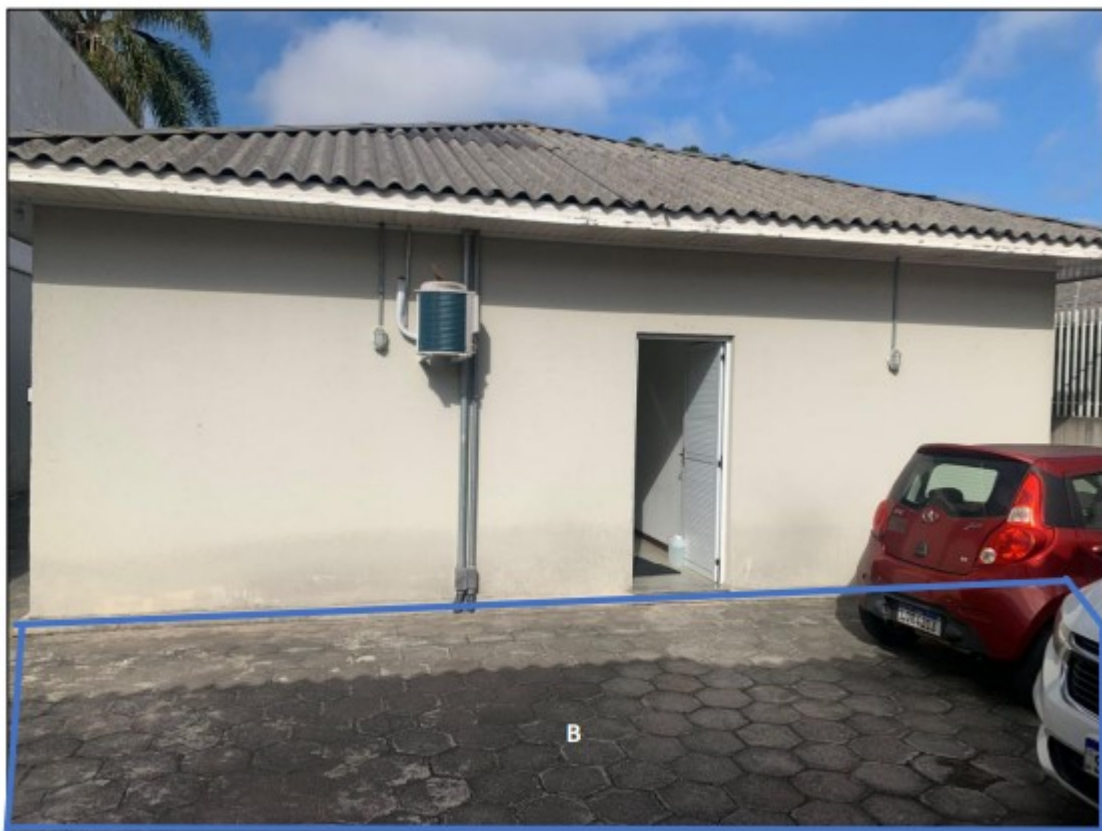


**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

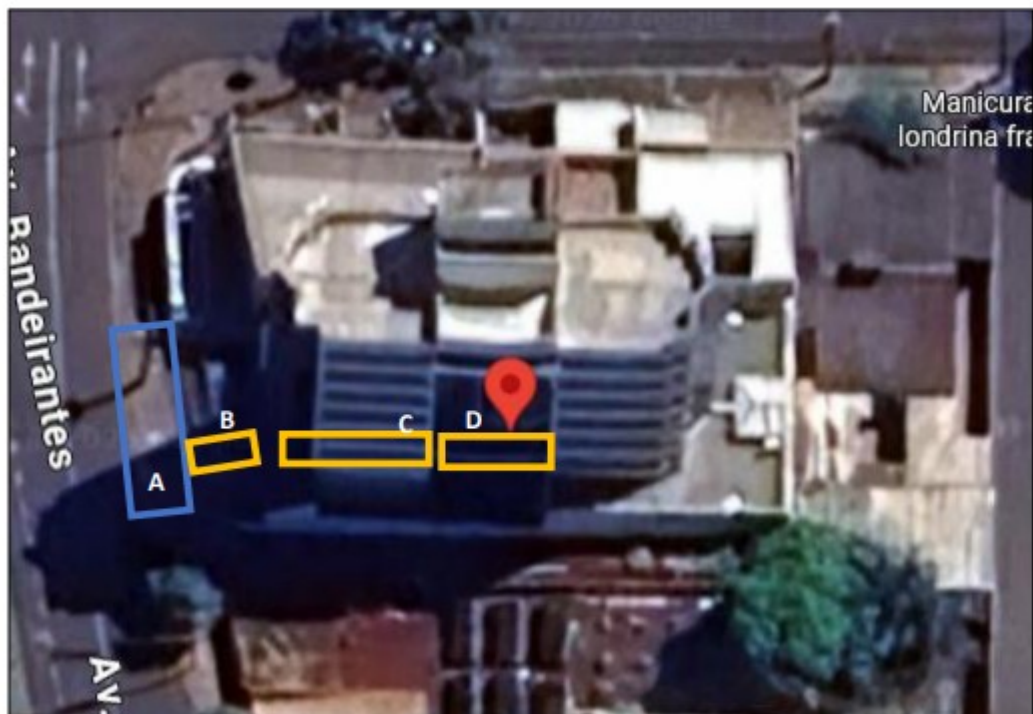
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

---

**SEDE LONDRINA**



---

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**

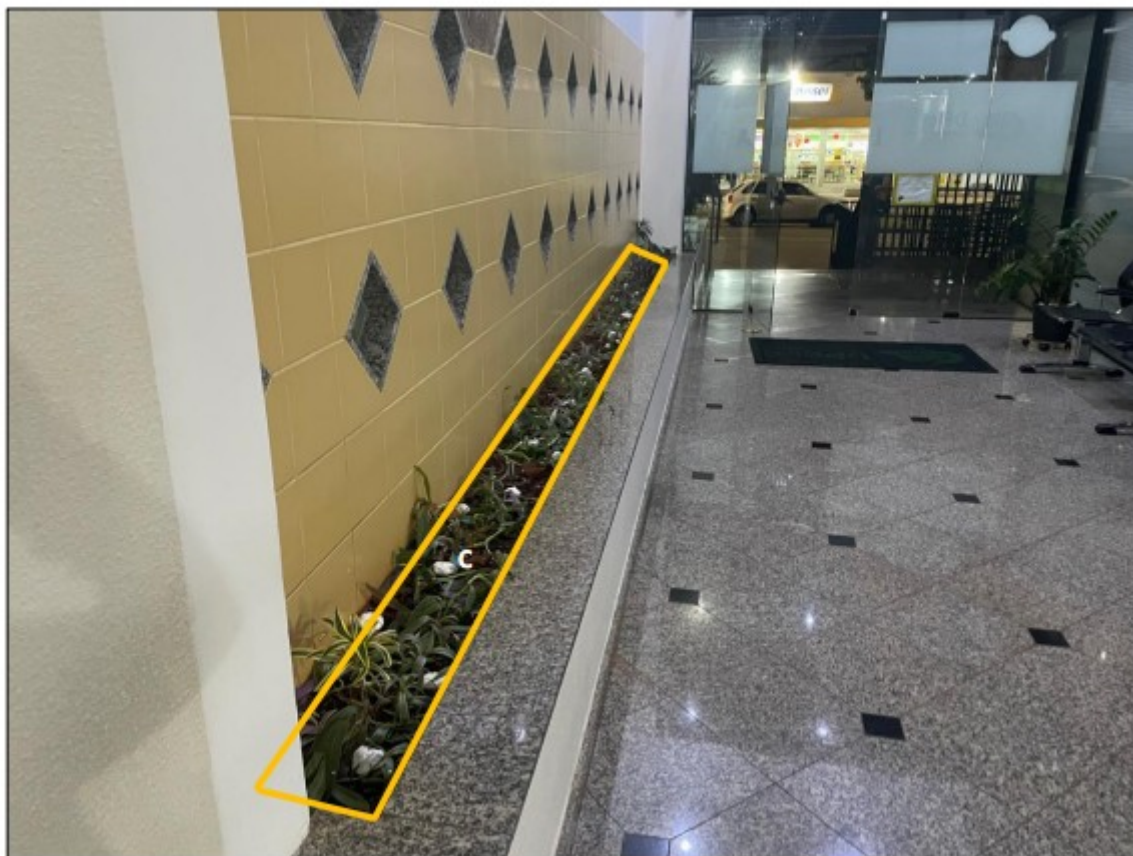


**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

*Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380*

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

### SEDE DE GUARAPUAVA



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**





**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

### SEDE DE PONTA GROSSA



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

## SEDE DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE PIRAQUARA



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**



**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

## APÊNDICE I

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

#### Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

#### TERMO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_\_\_ / 202\_\_ - \_\_\_\_\_

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO DO PREGÃO: Contratação de Serviços de Jardinagem incluindo fornecimento de mão de obra, material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços para todas as sedes da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR listadas.

( ) Declaro, como representante da empresa \_\_\_\_\_ que visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no Edital da Licitação, estando ciente de todos os detalhes dos imóveis objeto de nossa proposta.

( ) Declaro, como representante da empresa \_\_\_\_\_ que **NÃO** visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, conforme indicados no Edital da Licitação, estando ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria dos imóveis objeto de nossa proposta.

Desse modo, se vencedores deste pregão eletrônico, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos a serem realizados de acordo com o edital e demais documentos instrutores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

NOME:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

Lote 01	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 1 - CURITIBA E ÁREA METROPOLITANA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede Administrativa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	12	R\$	R\$
2	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	12	R\$	R\$
3	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede dos Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
4	Serviço de limpeza vegetal completa com remoção de brita e tocos de árvores, reposição de terra e plantio de grama e arbustos, na Sede CIAADI da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	01	R\$	R\$
5	Serviço de poda de árvores de pequeno porte da Sede CIAADI da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência	15130	Serviço	02	R\$	R\$
6	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede CIAADI da Defensoria	24252	Serviço	12	R\$	R\$

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8**

**DPE PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência					
7	<b>Serviço de poda de árvores de pequeno porte</b> da Sede de São José dos Pinhais da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência	15130	Serviço	02	R\$	R\$
8	<b>Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas</b> da Sede de São José dos Pinhais da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
9	<b>Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra</b> da Sede de São José dos Pinhais da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
10	<b>Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim</b> para a Sede do Complexo Penitenciário de Piraquara da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência (sob demanda)	24252	Serviço	12	R\$	R\$
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 01						R\$
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

Lote 02	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 2 - LONDRINA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede de Londrina da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	12	R\$	R\$
12	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de Londrina da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 02					R\$	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

<b>Lote 03</b>	<b>Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP</b>
----------------	--

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 3 - GUARAPUAVA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede de Guarapuava da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24252	Serviço	12	R\$	R\$
14	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de Guarapuava da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
15	Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra da Sede de Guarapuava da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 03					R\$	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

Lote 04	Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim ( ) Não ( )		
LOTE 4 - PONTA GROSSA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	Serviço de jardinagem e controle de pragas de jardim para a Sede de Ponta Grossa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	12	R\$	R\$
17	Serviço de limpeza vegetal de áreas pavimentadas da Sede de Ponta Grossa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
18	Serviço de limpeza vegetal de áreas de pedra da Sede de Ponta Grossa da Defensoria Pública do Paraná, conforme quantidades contidas no Termo de Referência	24023	Serviço	06	R\$	R\$
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE 04					R\$	
(considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)						

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

**Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06**

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, **declaro que:**

( )  
**NÃO CELEBRAMOS** contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

( )  
**CELEBRAMOS** contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º90003/2026 – SEI n.º 24.0.000001431-8



## ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

### CONTRATO Nº [XXX/aaaa]

(V4. 10/10/2025)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] para a prestação de serviços de jardinagem e de controle de pragas de jardim.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, CEP 80.530-010, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº \*\*\*.178.388-\*\*, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua/Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [NOME COMPLETO], CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação do[a] [Modalidade de licitação] nº [XXX/aaaa] (Processo nº [XXXXXX]), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup> e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como

<sup>1</sup> Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços contínuos de jardinagem e de controle de pragas de jardim**, conforme discriminado na tabela a seguir:

**Nota explicativa:** Manter apenas a(s) tabela(s) correspondente ao(s) grupo(s) adjudicado(s) à CONTRATADA que será parte neste contrato a ser formalizado. **[excluir esta nota após preenchimento]**

GRUPO 1 – CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁX. ESTIMADO (12 MESES)
1	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a <b>Sede Administrativa</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
2	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a <b>Sede dos Núcleos Especializados</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
3	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas pavimentadas</b> da <b>Sede dos Núcleos Especializados</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
4	Serviço de <b>limpeza vegetal completa</b> com remoção de brita e tocos de árvores, reposição de terra e plantio de grama e arbustos, na <b>Sede CIAADI</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	1	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
5	Serviço de <b>poda de árvores</b> de pequeno porte da <b>Sede CIAADI</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
6	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a <b>Sede CIAADI</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
7	Serviço de <b>poda de árvores</b> de pequeno porte da <b>Sede de São José dos Pinhais</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	2	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
8	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas pavimentadas</b> da <b>Sede de São José dos Pinhais</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
9	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas de pedra</b> da <b>Sede de São José dos Pinhais</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
10	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a Sede da DPE-PR do <b>Complexo Penitenciário de Piraquara</b> , conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DO GRUPO:					R\$ [XXX]

**E/OU**





GRUPO 2 – LONDRINA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE E ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
11	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a <b>Sede de Londrina</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
12	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas pavimentadas</b> da <b>Sede de Londrina</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DO GRUPO:					R\$ [XXX]

**E/OU**

GRUPO 3 – GUARAPUAVA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE E ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
13	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a <b>Sede de Guarapuava</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
14	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas pavimentadas</b> da <b>Sede de Guarapuava</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
15	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas de pedra</b> da <b>Sede de Guarapuava</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DO GRUPO:					R\$ [XXX]

**E/OU**

GRUPO 4 – PONTA GROSSA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE E ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
16	Serviço de <b>jardinagem e controle de pragas</b> de jardim para a <b>Sede de Ponta Grossa</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
17	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas pavimentadas</b> da <b>Sede de Ponta Grossa</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
18	Serviço de <b>limpeza vegetal de áreas de pedra</b> da <b>Sede de Ponta Grossa</b> da DPE-PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência	Serviço	6	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DO GRUPO:					R\$ [XXX]

**E/OU**

2.2. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contado a partir da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

4.1. O regime de execução do objeto contratual será de **empreitada por preço unitário**.

4.2. A execução contratual terá início na data em que se inicia a vigência contratual, nos termos da Cláusula 3.1.

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas Partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

4.4. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**Nota explicativa:** Utilizar a redação a seguir (VEDAÇÃO) para os contratos formalizados com as adjudicatárias dos Grupos 2, 3 e 4 **[excluir esta nota após preenchimento]**

5.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

**OU**



**Nota explicativa:** Utilizar a redação a seguir (POSSIBILIDADE) para o contrato formalizado com a adjudicatária do Grupo 1 [excluir esta nota após preenchimento]

5.1. É permitida a subcontratação parcial da execução do objeto contratual, desde que observados os limites autorizados e cumpridos os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.5. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

5.6. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

5.7. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, conforme as disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos vinculados a esta contratação, observando-se, ainda, o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023<sup>2</sup> e em seu Anexo XII.

<sup>2</sup> Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX]; Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto[a]: [XXXXXX].

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.5.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.5.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela própria realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.6. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.7. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.8. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.9. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

7.2.1. Para efeitos de faturamento e de pagamento, a medição da execução do objeto contratual será mensal, devendo a CONTRATADA, portanto, realizar um único faturamento mensal referente ao total efetivamente entregue/prestado no mês de referência.

7.3. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da data de recebimento da documentação de cobrança.

7.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais



documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

7.4. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **10 (dez) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação da documentação de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

7.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

8.1. O valor **máximo estimado** do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. Os valores expressos na Cláusula 8.1 têm caráter estimativo para todo o período de vigência deste Termo de Contrato, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA calculados com base nas quantidades efetivamente demandadas pela CONTRATANTE, executadas pela CONTRATADA e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base para a aferição e liquidação das obrigações financeiras da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em favor da CONTRATADA em até **15 (quinze) dias** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação da documentação de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o



critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **12.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE**

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando a data-base: **[dd/mmm.]**, mediante a aplicação da variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

12.3. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.4. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

12.5. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

12.6. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

## **12.II. DA REVISÃO**

12.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.8. A revisão dos preços originalmente contratados estará condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.8.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados no contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

12.8.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

12.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.9, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

12.10 A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 12.9.2.

12.10.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente tal necessidade à

CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.10 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor<sup>3</sup> e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

---

<sup>3</sup> Lei nº 8.078/1990.



13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE PARA suas dependências.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas

na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011<sup>4</sup>, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016<sup>5</sup> e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024<sup>6</sup>.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018<sup>7</sup> e à Resolução DPG nº 318/2023<sup>8</sup>, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão do contrato, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

<sup>4</sup> Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

<sup>5</sup> Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

<sup>6</sup> Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

<sup>7</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>8</sup> Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018<sup>9</sup> e à Resolução DPG nº 318/2023<sup>10</sup>, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

15.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

<sup>9</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>10</sup> Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.

15.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 15.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023<sup>11</sup>, bem como nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

16.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18<sup>12</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19<sup>13</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

<sup>11</sup> Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>12</sup> “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

<sup>13</sup> “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o

16.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19<sup>14</sup> da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

16.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

16.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

16.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

16.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

---

certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei."

<sup>14</sup> "Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar."



## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

17.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 17.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

17.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato se efetive com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137<sup>15</sup> da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

17.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. A extinção do contrato poderá ser:

17.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

---

<sup>15</sup> “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”

17.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

17.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

17.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. indenizações e multas.

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES**

18.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

18.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: [fiscalizacao@defensoria.pr.def.br](mailto:fiscalizacao@defensoria.pr.def.br) (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento

contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

19.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023<sup>16</sup>; da Lei Complementar nº 123/2006<sup>17</sup>; da Lei nº 13.709/2018<sup>18</sup>; da Deliberação CSDP nº 21/2022<sup>19</sup>; da Lei nº 8.078/1990<sup>20</sup>, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DOE/DPE-PR); e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura<sup>21</sup>.

<sup>16</sup> Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>17</sup> Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

<sup>18</sup> Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

<sup>19</sup> Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

<sup>20</sup> Código de Defesa do Consumidor.

<sup>21</sup> A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



**MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ**  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO  
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA  
CONTRATADA]**

**[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]**

**TESTEMUNHAS:**

Nome/CPF:

Nome/CPF: